

**504^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC**

No dia 20 de junho de 2024, às 9h30, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma virtual, considerando ser a 504^a. Presentes à reunião, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: Ana de Fátima Braga Barbosa; Ana Paula Nebl Jardim; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cássio Raniere Ribeiro da Silva; Cecília Canuto de Santana; Claudia Regina de Farias Rodrigues; Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade; Mônica Siqueira da Silva; Reinaldo José Carneiro Leão e Roberto José Marques Pereira e Conselheiros (as) Suplentes: Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos; Claudia Pereira Pinto; Jocimar Gonçalves da Silva e Marcos Paulo Aurélio dos Santos. Pauta 1. Apresentação da prorrogação da 17^a Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco - Flávio Barbosa - Fundarpe. Ana Barbosa começou a reunião fazendo um comentário sobre o item 2 da pauta, mencionando que, no fim de 2023, com a formação atual da Casa dos Conselhos, Amanda havia apresentado uma visão panorâmica sobre as pendências e encaminhamentos. Com base nisso, formou-se uma força-tarefa para resolver essas pendências, especialmente as ações deliberadas nas reuniões. Ana explicou que agora seria feita uma atualização sobre a versão atual da ata, fechando a gestão e verificando as ações e encaminhamentos ainda pendentes. Ela mencionou que, até julho, haveria uma noção do que poderia ser concluído antes da troca de gestão em agosto. No entanto, Amanda adoecera e estava afônica, pedindo para adiar a discussão do item 2 para a próxima semana. Assim, a reunião de hoje ficou com pauta única: Apresentação da prorrogação da 17^a Semana Estadual do Patrimônio Cultural de Pernambuco, a ser feita por Flávio Barbosa. Concluída a explicação, Ana deu a palavra a presidente. Claudia Rodrigues desejou um bom dia a todos e informou que Amanda estava doente e sem voz, lamentou a situação, mas reconheceu que a saúde é prioritária. Com isso, a reunião ficou com pauta única, e Flávio faria a apresentação. Claudia mencionou que tinha um tema a discutir e articularia com Mônica para ver se ela queria falar sobre uma alteração na Lei do Patrimônio Vivo. Esse tema seria proposto para a pauta do dia 27. Comentou que Marcelo Renan havia compartilhado uma ideia sobre o assunto e que poderia complementar mais tarde. Em seguida, passou a palavra para Flávio, dando-lhe as boas-vindas. Flávio Barbosa agradeceu a todos e iniciou a apresentação. Ele explicou que a Semana do Patrimônio é um evento realizado desde 2008, com o objetivo de comemorar o Dia Nacional do Patrimônio Histórico, em 17 de agosto. O evento busca ampliar os espaços de debate interinstitucional sobre questões relacionadas à compreensão, valorização, reconhecimento e preservação dos patrimônios culturais. Para alcançar esses objetivos, Flávio mencionou que se estabeleceu parcerias com diversas instituições atuantes na preservação do patrimônio cultural. Essas parcerias visavam ampliar as conexões com diferentes atores sociais, incluindo instâncias institucionais e pessoas da sociedade civil. Flávio apresentou uma linha do tempo dos últimos anos da Semana do Patrimônio, explicando que, inicialmente, o evento não tinha a dimensão de uma semana completa, mas se expandiu para quase um mês de

504^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

atividades. Ele destacou dois marcos importantes: em 2018, quando receberam o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, e em 2022, quando a semana passou a ser reconhecida por meio de uma Lei Estadual, entrando no Calendário Oficial de Comemorações do Estado. Na 16^a edição, realizada no ano passado, a Semana do Patrimônio se consolidou como um evento estadual, envolvendo municípios e cidadãos na realização de ações. Para a 17^a edição, em 2024, o tema escolhido foi “Educação, Território e Participação Social: Interfaces da Preservação do Patrimônio Cultural”. Flávio explicou que esse tema reflete o trabalho de aproximação com a Secretaria de Educação e a aprovação de um projeto no edital do IPHAN para formação de agentes em diversas comunidades e escolas, incluindo escolas indígenas. O objetivo era fortalecer a educação patrimonial, entendendo a educação como um processo de transmissão de conhecimento, e a participação social como essencial para a preservação do patrimônio. A programação incluiria ações lúdicas com jovens e crianças, visitas mediadas, rodas de diálogo, seminários, e outras atividades, promovendo a criatividade na proposição de eventos. Flávio mencionou exemplos de atividades realizadas ao longo dos anos, como representações artísticas, visitas, entrega de medalhas e prêmios, e oficinas. Destacou a importância da participação do Conselho Estadual de Preservação na coordenação e análise das propostas, especialmente na celebração do Dia Nacional do Patrimônio, que este ano será na véspera, com a titulação de dez novos patrimônios vivos e a entrega do Prêmio Ayrton. Concluiu convidando a todos a participar e antecipando que em breve receberiam a programação oficial. Seguiu com a apresentação (anexo). Ana Barbosa parabenizou pela apresentação e pela composição do conteúdo da Semana do Patrimônio, ressaltando que sempre era bem planejado. Ela lembrou do ano anterior e destacou que a atualização da programação era dinâmica e digital, permitindo que, à medida que novos eventos surgissem, fossem sinalizados e a programação atualizada facilmente. Ela pediu para incluir o link do formulário de inscrição na Casa dos Conselhos e compartilhá-lo no grupo. Dessa forma, quem quisesse poderia programar alguma atividade e atualizá-la no Google Forms. Ana mencionou que foi assim que ela fez no ano passado e já estava pensando em utilizar o mesmo método este ano. Flávio Barbosa mencionou que se adiantaram na construção da programação deste ano e esperavam fazer a divulgação de forma mais eficaz. Ele pediu que aqueles que desejassem divulgar ou mobilizar parcerias enviassem suas ações até o final do mês, dia 30 de junho. Embora houvesse flexibilidade para receber propostas um pouco depois, fazê-lo dentro desse prazo permitiria inserir as ações na programação e melhorar a divulgação. Flávio reforçou a vantagem da programação online, que facilitaria a inserção de informações detalhadas para o público, como palestrantes, fotos e descrições dos locais de realização. Ele acreditava que isso tornava a divulgação do evento mais eficiente. Jocimar Gonçalves parabenizou Flávio e a equipe pela organização da Semana do Patrimônio, ressaltando a importância do evento. Perguntou a Flávio se os conselheiros poderiam sugerir atividades, como em escolas. Jocimar lembrou que, quando estava no Conselho Estadual de Política Cultural, sugeria

504^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

atividades durante a Semana da Consciência Negra, e acreditava que poderiam fazer algo similar agora. Ele mencionou que poderia sugerir escolas onde a aceitação pela gestão e pelos alunos sempre foi boa, como levar um patrimônio vivo para falar sobre sua experiência. **Flávio Barbosa** confirmou que podiam receber propostas de programação, incluindo ações em escolas. Ele mencionou que já tinham parceiros que realizavam muitas ações em escolas, como em Paudalho, onde toda a comunidade escolar era envolvida. Flávio encorajou os conselheiros a proporem ações, destacando a importância de parceiros locais para alcançar diversos lugares. Ele sugeriu que os conselheiros mobilizassem outros atores sociais, como professores e diretores de escolas, e pessoas de comunidades, para realizar as ações de forma que não gerasse custos, devido à limitação orçamentária. Flávio ressaltou a importância da mobilização para que todos se sentissem envolvidos e pudessem realizar as ações de forma autônoma. **Ana Barbosa** agradeceu a Flávio por compartilhar as informações e afirmou que em breve as sugestões e contribuições, tanto individuais quanto do Conselho, chegariam para ele agregar à programação. **INFORMES**. **Claudia Rodrigues** informou que durante a semana recebeu notícias sobre um projeto de lei iniciativa da deputada Rosa Amorim, **Lei nº 18.579, de 6 de junho de 2024: Institui a Política Estadual de Patrimônio Vivo nas Instituições de Ensino do Estado de Pernambuco**. Ela comentou que Marcelo Renan, da Fundarpe, não foi consultado sobre o assunto, mas recebeu o documento através do sistema SEI para ciência do Conselho. Claudia propôs que o tema fosse pauta da próxima reunião, sugerindo a participação de representantes da Secretaria de Educação e de outra secretaria relevante. Ela mencionou que Mônica Siqueira tratará mais detalhadamente do assunto em breve. Claudia também antecipou que tiraria férias por duas semanas, assim como Ana Barbosa, e sugeriu que alguém conduzisse a reunião durante esse período. Informou que Mônica esteve pessoalmente com a deputada Rosa Amorim e propôs que a próxima reunião, no dia 27, seja híbrida ou virtual para permitir a participação da deputada. **Mônica Siqueira** cumprimentou a todos e todas, concordando com Claudia sobre a surpresa causada pela Lei 18.579, de 6 de junho. Ela explicou que assim que recebeu a informação, enviou imediatamente para a Presidente Claudia e combinou de ir à ALEPE para obter informações detalhadas sobre a origem e tratativas da lei. Mônica relatou que esteve na ALEPE e conversou com a assessoria legislativa da deputada Rosa Amorim, que explicou que a lei visava ampliar e melhorar a política de patrimônio vivo, um tema que faz parte da plataforma de trabalho da deputada desde sua eleição. Mônica mencionou ter apresentado a lei anterior sobre patrimônio vivo durante a conversa. Sugeriu que ela e Claudia se informassem melhor para trazer o assunto ao Conselho na próxima reunião, preferencialmente na quinta-feira. Mônica propôs que a deputada participasse da reunião presencialmente ou via link on-line, adaptando-se ao período de festas de São João, quando muitas pessoas viajam. Ela destacou o desejo da deputada de fortalecer a interação entre a ALEPE e o Conselho de Cultura. Mônica considerou positivo envolver outros conselhos, como o Conselho de Educação, para fortalecer as interações

504^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

existentes. **Ana Paula** mencionou que Marcela Moreira, a Gerente Jurídica da Secult, estava com ela para tratar das questões relacionadas à eleição do CEPPC. Ana Paula explicou que não houve inscritos para duas cadeiras conforme previsto no edital, e que Marcela forneceria mais detalhes sobre os encaminhamentos recebidos do procurador no dia anterior. **Marcela Moreira** informou que a eleição ocorreu no último dia 17, exceto para os segmentos de Arqueologia, História, Museologia, Antropologia, Sociologia e Turismo, devido à falta do quórum mínimo necessário conforme previsto no edital. Ela anunciou que no dia 26 seria divulgado o resultado para os demais segmentos, e que um novo edital seria aberto exclusivamente para esses dois segmentos, visando preencher as vagas restantes. Marcela explicou que, após uma reunião com a procuradoria, a orientação foi retirar a exigência de quórum mínimo no próximo edital. Desta forma, a votação ocorreria independentemente da quantidade de inscritos e habilitados. **Ana Barbosa** mencionou que, se houvesse amparo e respaldo legal, seguiriam em frente com a decisão. Ela destacou a preocupação com a possibilidade de um segmento ficar sem suplente, o que poderia impedir a participação em casos de ausência do titular. A discussão com o jurídico focou também na questão do quórum e da validação das deliberações, garantindo que o Conselho não enfrentasse impedimentos operacionais devido a eventuais lacunas na representação dos segmentos. **Augusto Ferrer** comentou sobre a última fala relacionada à eleição, destacando a importância dos segmentos de História, Sociologia e Antropologia, expressando surpresa pela falta de inscrições esperadas. Ele criticou a divulgação e o formato do edital, sugerindo que a complexidade afastou muitos interessados. Augusto também pediu esclarecimentos se haveria uma nova eleição para tanto titular quanto suplente nos segmentos mencionados. Ele mencionou que no segmento de História, havia entendido que o quórum tinha sido atendido, com cinco pessoas participando, e perguntou se a nova eleição seria apenas para o suplente ou para ambos os cargos. **Marcela Moreira** respondeu que a nova eleição seria para ambos, titular e suplente. Além disso, ela explicou que retirariam a exigência de quórum mínimo para garantir pelo menos a eleição de um titular, deixando a posição de suplente vaga caso não houvesse candidatos suficientes. **Joana D'Arc** perguntou a Marcela se todos os eleitores da primeira eleição poderiam se candidatar novamente no novo processo eleitoral. Ela destacou que, como seria um novo processo, desejava confirmar se esses eleitores poderiam participar outra vez para garantir tanto titulares quanto suplentes e Marcela Moreira confirmou que, sendo um novo edital, todos que se inscreveram anteriormente e que desejassem participar desses dois segmentos poderiam se inscrever novamente, enviando a documentação necessária mais uma vez. **Cássio Raniere** expressou dúvidas sobre a possibilidade jurídica de o Conselho funcionar com menos de 14 membros, conforme estabelecido por lei. Ele ressaltou que, mesmo que suplentes só assumam funções decisórias na ausência dos titulares, a composição oficial do conselho deve ser de 14 pessoas. Raniere pediu esclarecimentos jurídicos sobre a viabilidade de operar com 12 ou 13 conselheiros. Ele também destacou a necessidade de um maior investimento na

504ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

divulgação das vagas, sugerindo que a Secretaria de Cultura fizesse um esforço mais significativo para dialogar e mobilizar possíveis candidatos, acreditando que uma divulgação robusta ajudaria a preencher as lacunas. **Ana Barbosa** concordou que a preocupação com a composição completa do Conselho é unânime. Ela destacou que o Conselho deve ter 14 membros, entre titulares e suplentes, tanto da sociedade civil quanto do governo. Ana Barbosa considerou estranho que o Conselho pudesse ficar desbalanceado ou incompleto e enfatizou a necessidade de uma ampla divulgação e de um esforço significativo para convencer mais pessoas a se inscrever, evitando o risco de ter apenas um representante para cada um dos dois segmentos. **Marcela Moreira** compreendeu a preocupação expressa e explicou que o novo edital foi criado justamente para evitar a falta de representantes. Ela acreditava que, com uma divulgação adequada, seria possível conseguir ao menos dois candidatos para cada segmento. Marcela destacou que o edital oferece uma segunda chance, mas não podia garantir quantas pessoas se inscreveriam e seriam habilitadas, ressaltando que a situação seria excepcional e hipotética. Acrescentou que pior seria não ter nem mesmo um titular. **Augusto Ferrer** informou que o Conselho de Política Cultural recebeu, na semana passada, um convite da **Superintendência do Patrimônio da União** (SPU) para participar do Fórum de Apoio ao Programa de Democratização dos Imóveis da União. Ele explicou que, como representante de arquitetura e urbanismo, ele também representa esse segmento aqui no CEPPC. No início do ano, houve uma mudança na gestão dos patrimônios da União. Anteriormente, esses patrimônios eram tratados como mercadoria e colocados em leilão, mas agora a lógica é utilizar esses patrimônios para a democratização, garantindo direitos essenciais como moradia, cultura e meio ambiente. Ele destacou que ontem ocorreu a cerimônia de instalação do fórum no qual ele representa. O programa possui diretrizes que incluem a obtenção de informações sobre imóveis, realização de vistorias participativas, sugestão de destinação de propriedades e acompanhamento de projetos decorrentes da destinação de imóveis da União. As quatro principais linhas do programa são: 1. Destinação para moradia, com foco em garantir moradia para a população; 2. Regularização fundiária e urbanização, visando a titulação de terrenos e urbanização de assentamentos; 3. Políticas públicas e programas estratégicos, incluindo a regularização de equipamentos culturais; 4. Empreendimentos múltiplos e grandes áreas, como a destinação de aeroportos desativados. Augusto finalizou informando que está à disposição para esclarecer dúvidas e que fornecerá o mesmo informe no outro Conselho. Ele achou importante compartilhar essa informação com todos os presentes. **Ana Barbosa** trouxe um assunto referente ao Funcultura. No início do mês, ao receberem representantes do Funcultura, foi solicitado que apresentassem propostas para o edital deste ano até o final de junho. Ela lembrou que, além da reunião do dia 27, ainda tem oito dias para considerar possíveis propostas para o edital de 2024. Se não houver novas propostas, podem validar as contribuições já levantadas por Diomedes. Essas sugestões não são específicas para o Funcultura, mas podem ser utilizadas. Ana Barbosa reforçou a necessidade de decidirem na próxima

504^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

reunião se terão alguma sugestão adicional ou se validarão as já compiladas por Diomedes, conforme solicitado pelo pessoal do Funcultura no começo do mês. Ana lembrou que Claudia Pinto mencionou que o Mestre do Pífano foi agraciado com o Título de Doutor Honoris Causa pela UFPE. Além disso, recordou que o aniversário da Confederação do Equador será no dia 2 de julho. Na próxima reunião, há a possibilidade de o Conselho fazer uma menção honrosa em relação à data para registrar o acontecimento. Ela também mencionou a sugestão de um memorial, apresentada verbalmente pelo conselheiro George, que poderia ser proposta na reunião do dia 27 como uma contribuição do Conselho para ser implementada futuramente pela comissão formada pelo governo para esses preparativos. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Claudia Regina de Farias Rodrigues** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda Carneiro

Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

Becch

Ana de Fátima Braga Barbosa

Paula Jardim

Ana Paula Nebl Jardim

M.L. Ferrer

Augusto Ferrer de Castro Melo

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

Cecília Canuto de Santana

X
Claudia Regina de Farias Rodrigues

Jeanne D'Arc Ribeiro
Joana D'Arc Ribeiro de Souza Arruda Andrade

Mônica Siqueira da Silva
Mônica Siqueira da Silva

CEPPC

PERNAMBUCO

CONSELHO ESTADUAL
DE PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL



FUNDARPE

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE
PERNAMBUCO

Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUKO**
ESTADO DE MUDANÇA

504^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Reinaldo José Carneiro Leão

Roberto José Marques Pereira

Célia Maria Médicis Maranhão de Queiroz Campos

Claudia Pereira Pinto

Jocimar Gonçalves da Silva

Marcos Paulo Aurélio dos Santos